

**TRABALHO ESTRANHADO, NATUREZA ALIENADA:
PRECARIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E DA
NATUREZA**

**ALIENATED WORK AND NATURE
PRECARIZATION AND DEGRADATION OF WORK AND
NATURE**

**TRABAJO ENAJENADO, NATURALEZA ALIENADA
PRECARIACIÓN Y DEGRADACIÓN DEL TRABAJO Y DE LA
NATURALEZA**

Angela dos Santos Machado¹
angelasm.geo@gmail.com

RESUMO

A nossa especificidade enquanto seres humanos, produtores de cultura, de trabalho e de uma segunda natureza nos faz externos ou superiores ao restante da natureza? Defendemos a ideia de natureza como totalidade, mas sem ignorar essa especificidade humana e entendendo o trabalho como a intermediação entre a primeira e a segunda natureza (compreendidas como uma totalidade). Realizamos uma discussão sobre as concepções de natureza buscando suas bases na filosofia, perpassando pela ciência moderna e pontuando seu entendimento em diferentes períodos dentro da geografia. Finalmente, nos questionamos que se o trabalho é a intermediação entre o social e o natural, e esse trabalho é cada vez mais estranhado/alienado, como isso implica em nossa concepção de natureza? Mais do que isso, visamos compreender como a precarização extrapola o mundo do trabalho e leva à degradação da natureza como um todo.

Palavras-chave: Natureza. Sociedade. Trabalho. Precarização. Degradação.

ABSTRACT

Does our specificity as human beings, producers of culture, of work, and of a second nature make us external or superior to the rest of nature? We defend the idea of nature as totality, but without ignoring this human specificity and understanding work as the intermediation between the first and second nature (understood as a totality). We discuss the conceptions of nature, searching for their bases in philosophy, passing through modern science and punctuating their understanding in different periods within geography. Finally, we wonder if work is the intermediation between the social and the natural, and this work is increasingly alienated, how does this imply in our conception of nature? More than that,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Bolsista FAPESP. Integrante do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

we aim to understand how precarization extrapolates the world of work and leads to the degradation of nature as a whole.

Keywords: Nature. Society. Job. Precariousness. Degradation.

RESUMEN

¿La especificidad de nosotros como seres humanos, productores de cultura, de trabajo e de una segunda naturaleza nos hace externos o superiores al resto de la naturaleza? Defendemos la idea de la naturaleza como una totalidad, pero sin ignorar esa especificidad humana y entendiendo el trabajo como la intermediación entre la primera y la segunda naturaleza (comprendidas como una totalidad). Realizamos una discusión sobre las concepciones de naturaleza buscando sus bases en la filosofía, prosiguiendo por la ciencia moderna y puntualizando sobre su entendimiento en diferentes períodos dentro de la Geografía. Finalmente, nos cuestionamos si el trabajo es la intermediación entre lo social y lo natural, y ese trabajo es cada vez más enajenado/alienado ¿Cómo eso implica en nuestra concepción de naturaleza? Más que eso, objetivamos comprender cómo la precarización extrapola el mundo del trabajo y genera la degradación de la naturaleza como un todo.

Palabras clave: Naturaleza. Sociedad. Trabajo. Precarización. Degradación.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, esclarecemos que o presente artigo se trata de uma revisão bibliográfica, comentada e crítica, sobre o tema da natureza em que visamos compreender como a concepção de natureza modificou-se ao longo do tempo, deixando de ser vista em sua totalidade e passando a ser concebida apenas como recurso para a satisfação das necessidades humanas, isto é, base para a reprodução do capital e das múltiplas relações com o trabalho estranhado.

No texto, discutiremos a mudança de concepção acerca da natureza a partir de alguns apontamentos realizados por autores como Morin (1977), Porto-Gonçalves (1989), Capra (2006), Springer (2010) que discutem como a natureza foi entendida de diferentes formas no decorrer do tempo, na filosofia e na ciência. Em seguida, realizamos uma breve contextualização sobre como a temática se apresentou na história do pensamento geográfico a partir de autores como Corrêa (1991), Moraes e Costa (1993), Vitte e Springer (2011), dentre outros. Na última parte, discutimos como o trabalho, elemento fundante do ser social (LUKÁCS, 2010), deixa de ser um intercâmbio orgânico com a natureza e torna-se trabalho estranhado e alienado (ANTUNES, 2012) refletindo-se numa concepção de natureza reificada, ou seja, tornada coisa, mero objeto de exploração capitalista.

Vale ressaltar que não existe uma simples definição do que é natureza, pois seu significado modificou-se no decorrer da história e de acordo com as diferentes visões de mundo. A natureza se transformou de uma concepção que engloba toda a criação divina, incluindo os seres humanos, para uma natureza que coloca a humanidade em um nível superior hierárquico.

Vale ressaltar que a natureza pode ser considerada uma categoria, ou seja, sua essência existe independente da vontade do conhecimento humano. Mas também existem conceitos de natureza, construções intelectuais desenvolvidas em diferentes contextos históricos, culturais, sociais e geográficos (SPOSITO, 2004).

Acreditamos que o processo de precarização do trabalho traz implicações também ao modo como percebemos a natureza já que existe uma relação sociedade-trabalho-natureza. Consideramos que a precarização está para além das questões que remetem ao trabalho, pois há uma precarização social que tem levado à instabilidade em todos os aspectos da vida e que tem gerado a degradação da natureza como um todo.

Em tempos de intensificação de políticas neoliberais que tendem a levar à uma precarização social e uma exploração sem limites da natureza e do trabalho, o trabalho estranhado produz uma natureza alienada, ou seja, os seres humanos não se enxergam enquanto constitutivos da natureza, mas sim como superiores a ela.

A NATUREZA: DA FILOSOFIA À CIÊNCIA MODERNA

Segundo Porto-Gonçalves (1989), a filosofia pré-socrática utilizava o termo *physis* para designar a totalidade que compõe o universo: o mundo orgânico, o inorgânico, o espiritual, o psíquico, o movimento, a inércia. Até os deuses eram compreendidos como integrantes da *physis*, como por exemplo, Hefesto ou Vulcano (deus do fogo) e Hélios (deus do sol).

Foi na filosofia clássica, com Platão e Aristóteles, que a ideia de totalidade começou a ser substituída por uma concepção de natureza desumanizada. Nesse momento, os pensadores anteriores passaram a ser desqualificados como expressão de um pensamento mítico e não filosófico (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Mas, foi sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição humanidade-natureza se concretizou com a elevação dos seres humanos a patamares superiores ao

restante da natureza. De acordo com a Bíblia, os homens foram criados semelhantes à imagem de Deus e com poder sobre os demais seres existentes:

Criou Deus o homem à sua imagem [...] Deus os abençoou e lhes disse: "Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e **subjuguem a terra!** **Dominem** sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra" (BÍBLIA, gênesis 1:1-22, grifo nosso).

Como ressalta Porto-Gonçalves (1989), foi com Descartes que a oposição entre sociedade-natureza, espírito-matéria e sujeito-objeto se aprofundou e passou a constituir o pensamento moderno e contemporâneo. O conhecimento sobre os fenômenos da natureza seriam a chave para a sua dominação.

[...] Conhecendo a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam [...] poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios e assim nos tornar como que **senhores** e **possuidores** da natureza (DESCARTES, 1996, p.69, grifo nosso).

Nesse trecho, destaca-se o caráter pragmático e antropocêntrico no qual a natureza é compreendida como recurso para servir a humanidade. Porto-Gonçalves (1989), vincula o pensamento cartesiano ao mercantilismo que se afirmava e ao colonialismo que colocava em prática o desejo de possuir e dominar. Assim, percebe-se a importância da dessacralização da natureza para a própria instituição do sistema capitalista de produção.

Segundo Springer (2010), com o desenvolvimento da Lei da Gravitação Universal, de Isaac Newton, acreditava-se que era possível prever matematicamente o movimento de um objeto. Desse modo, constituiu-se uma visão de natureza como uma máquina composta por partículas indivisíveis que seguem as leis do movimento mecânico. Esse mundo-máquina também teve como idealizador Francis Bacon que acreditava que a natureza poderia ser controlada se fosse compreendida.

De acordo com Capra (2006), no século XX, houve uma intensa transformação da ciência em razão do desenvolvimento da Teoria da Relatividade e da Teoria Quântica. A primeira construída completamente por Albert Einstein e a segunda iniciada por ele e completamente elaborada, após vinte anos, por um grupo internacional de físicos, entre eles, Max Planck, Albert Einstein, Niels Bohr, Louis de Broglie, Erwin Schrödinger, Wolfgang Pauli, Werner Heisenberg e Paul Dirac.

Essas duas teorias abalaram toda a estrutura da visão de mundo newtoniana, forçando os cientistas a pensarem um mundo completamente novo. Sabendo da insuficiência dos conhecimentos que sustentavam até então a física, Heisenberg chegou a se questionar se seria a natureza tão absurda quanto parecia nos experimentos atômicos. Após concluída a formulação matemática da teoria quântica, foram necessárias inúmeras mudanças nos conceitos de espaço, tempo, matéria, objeto, causa e efeito (CAPRA, 2006).

Em contraste com a concepção mecanicista cartesiana, a visão de mundo que está surgindo a partir da física moderna pode caracterizar-se por palavras como orgânica, holística e ecológica. Pode ser também denominada visão sistemática, no sentido da teoria geral dos sistemas. O universo deixa de ser visto como uma máquina, composta de uma infinidade de objetos, para ser descrito como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão essencialmente inter-relacionadas e só podem ser entendidas como modelos de um processo cósmico (CAPRA, 2006, p.72).

Portanto, a partir da física moderna percebe-se que a natureza é um todo dinâmico cujas partes estão inter-relacionadas sendo seus movimentos passíveis de probabilidade, mas nunca de previsibilidade. “No mundo subatômico, aquilo que imaginávamos como sólido dissolvia-se em energia e era integrado por interconectividade ao maior elemento do universo” (SPRINGER, 2010, p.164).

O mundo já não é mais entendido como máquina, mas sim como um jogo de indeterminação, incerteza e desordem. Para Morin (1977), a desordem é fundamental para que haja ordem e organização. Assim, a *physis*, termo retomado por Morin (1977), seria associada a tudo que é organização, possuindo uma capacidade produtiva, geradora, criadora. Dessa forma, os seres humanos com sua força de trabalho e capacidade transformadora representariam a verdadeira concretude da *physis*.

Nesse sentido, vale notar que a transformação realizada pelos seres humanos na natureza, por meio do trabalho, não é algo que nos separa dela, mas é justamente aquilo que nos faz ser parte da *physis*. Porto-Gonçalves (1989) ressalta que o fato do ser humano produzir cultura não é algo que nos afasta da natureza, muito pelo contrário é o desenvolvimento da nossa própria natureza.

Diferentemente do pensamento corrente, os homens ao longo da história criam normas, regras e instituições não para evitar cair no estado da natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza [...] (PORTO-GONÇALVES, 1989, p.94).

Esse ponto de vista é interessante, pois permite que reconheçamos a humanidade como parte da natureza. No entanto, ao aplicar as leis da natureza sobre a humanidade é preciso ter cuidado para que uma sociedade tão desigual não seja considerada naturalmente justa, como alerta Porto-Gonçalves (1989).

Assim, é preciso colocar em prática a noção de totalidade da natureza em que esteja intrínseca a humanidade e sua cultura com o cuidado de não naturalizar relações sociais instituídas por meio de lutas e conflitos. A seguir realizamos uma breve discussão sobre a natureza na história do pensamento geográfico.

A NATUREZA NA GEOGRAFIA

Iniciamos essa abordagem histórica por um dos fundadores da geografia, Alexander von Humboldt (1769-1859), que tinha uma concepção de totalidade da natureza. Humboldt foi fortemente influenciado pelo romantismo alemão, mais especificamente em sua primeira fase: o *frühromantik*². Mais do que um movimento artístico, o romantismo foi um movimento sociocultural resultado do contexto social do século XVIII e da percepção que era necessário um aprofundamento da experiência sensível com foco nas sensações e emoções humanas. Tratava-se de uma reação à visão mecanicista de mundo e uma abertura ao uso da emoção, aliada a razão, na ciência. O *frühromantik* construiu uma ponte entre a ciência e a estética inaugurando a *Naturphilosophie* cujo maior expoente foi Humboldt (SPRINGER; VITTE, 2014).

Portanto, as pesquisas sobre a natureza resultavam de uma profunda correlação entre sensibilidade, imaginação e estética. Havia uma visão orgânica de natureza que levava em consideração não somente a dinâmica da natureza, mas também os aspectos culturais relacionados à sociedade. Assim, havia uma concepção holística da natureza em que o universo era visto como um todo orgânico (VITTE, SPRINGER, 2011).

Apesar da importância dos estudos de Humboldt na geografia, as influências do pensamento cartesiano pesaram fortemente na disciplina refletindo-se na separação entre a geografia física e a geografia humana. A natureza seria tema de pesquisa apenas para os geógrafos físicos, enquanto os geógrafos humanos se preocupariam apenas com as questões sociais.

² Significa fase inicial do romantismo.

De acordo com Vargas (2005), podem ser observadas três visões diferentes sobre a natureza na geografia: 1) a natureza como entidade a ser dominada; 2) a natureza como entidade que domina; e 3) a natureza com a qual se entra em harmonia. Na segunda metade do século XIX, período de consolidação da geografia como ciência, a visão que mais influenciou a comunidade geográfica foi a de natureza como uma força dominadora. O nível de desenvolvimento de uma sociedade era diretamente relacionado aos fatores naturais que poderiam limitar ou impulsionar o avanço econômico e social.

Para Geraldino (2010), desde Humboldt e Carl Ritter (1779-1859), considerados idealizadores da geografia, havia a preocupação de formular uma síntese capaz de explicar as interações que ocorriam na superfície terrestre, entre o meio e os seres vivos. O termo “meio” era utilizado como sinônimo de condições naturais: altitude, temperatura, vegetação, dentre outras.

No entanto, nem Humboldt nem Ritter viveram o suficiente para conhecer a obra “A origem das espécies” de Darwin que causou forte impacto na geografia. Ratzel (1844-1904) foi quem teve tempo de inspirar-se na teoria darwinista para fundamentar sua Antropogeografia visando compreender as influências que o meio causava nos seres humanos. Vale ressaltar que para Ratzel essas influências não eram absolutas, ou seja, não eram a única explicação para a compreensão dos fenômenos sociais, mas eram a parte que cabia as ciências geográficas investigar, designando às demais ciências outras possíveis determinações sobre a humanidade (GERALDINO, 2010).

O chamado determinismo ambiental condicionou a entrada da geografia na ciência moderna procurando estabelecer as relações entre as condições naturais e as sociedades humanas. Geraldino (2010, p.77) realiza uma crítica ao termo “determinismo” afirmando que seria mais apropriada a palavra “determinação” em seu lugar. Utilizando-se das ideias de Lefebvre afirma que todo ser é determinado, a determinação é aquilo que lhe dá identidade. Enquanto que determinismo “seria como um pesar a mão sobre uma das determinações próprias do ser”, um exagero ao querer explicar o ser somente sob um tipo de determinação.

O autor ainda faz oposição às interpretações que colocam o determinismo e o possibilismo como concepções divergentes. Para ele, as obras de Ratzel e Paul Vidal de La Blache (1845-1918) possuem ampla concordância teórico-metodológica, sendo que as obras deste representaram avanços nos estudos das relações entre humanidade e a natureza.

La Blache ressaltava as potencialidades da ação humana para responder criativamente aos desafios à sobrevivência impostos pelo meio. Mais do que isso, colocou em destaque que os seres humanos são essencialmente sociais e que os grupos possuem um arcabouço de saberes para enfrentar as mais diversas situações. Esse conjunto de saberes denominou “gêneros de vida”, uma espécie de cultura territorializada (GERALDINO, 2010).

De acordo com Vargas (2005), Alfred Hettner (1859-1941) argumentou que era o papel da geografia construir uma ponte entre as ciências naturais e as ciências sociais, pois a natureza e a cultura influenciavam-se mutuamente. Essa inter-relação daria fundamento a geografia regional cujo cerne, para Hartshorne (1899-1992), era a integração de fenômenos heterogêneos em dadas porções da superfície da terra contribuindo, assim, para a diferenciação de áreas (CORRÊA, 1991).

Nesse momento da geografia havia a preocupação em definir seu objeto de estudo de forma que não fosse confundida com outras disciplinas. Em 1907, Otto Schlüter (1872-1959) publicou um trabalho no qual a paisagem surgiu como objeto da disciplina, uma paisagem modelada tanto pela natureza como pela ação humana. As transformações realizadas na natureza pelas sociedades surgiram como tema central constituindo uma paisagem cultural ou uma paisagem humanizada (CLAVAL, 2007).

Vale ressaltar as contribuições do geógrafo francês Maximilien Sorre (1880-1962) que aproximou a pesquisa geográfica da área da saúde. Ele percebeu a íntima relação entre as condições naturais, sociais e o surgimento de algumas doenças. Propôs a noção de complexo patogênico no qual algumas doenças humanas dependiam do agente patógeno (vírus, bactéria, fungo, protozoário etc.), do hospedeiro humano e do ambiente. Assim, as áreas de ocorrência de algumas enfermidades poderiam ser delimitadas e cartografadas (GUIMARÃES, 2015).

Até aqui percebemos que a discussão sobre as relações entre a sociedade e a natureza eram centrais no discurso geográfico. No entanto, após a segunda Guerra Mundial, o tema natureza foi perdendo essa centralidade sendo substituído pela noção de organização espacial. Isso se deu em razão do surgimento de uma nova fase de expansão do capitalismo marcada pela construção de rodovias, ferrovias, represas, novos espaços urbanos, grandes extensões de campos despovoados e ocupados por máquinas agrícolas, *shopping centers*, dentre outras grandes transformações no espaço geográfico (CORRÊA, 1991).

Nesse período, a geografia preocupou-se em compreender os padrões espaciais de rearranjo do capital visando contribuir para a sua máxima eficiência. Técnicas estatísticas, modelos normativos e geométricos formavam seu conjunto teórico-metodológico. Essa geografia que ficou conhecida como teórica ou quantitativa marginalizou as discussões acerca da natureza e o espaço foi tomando seu lugar central. Um espaço abstrato, fruto de operações matemáticas que desconhecia a natureza, sendo esta concebida como um detalhe ou como uma complicação menor (VARGAS, 2005).

Como contraponto às correntes tradicionais e pragmáticas surgiu a geografia crítica, fundamentada no pensamento marxista e no método dialético, realizando uma crítica radical ao conhecimento geográfico produzido até então. O espaço continua sendo a base da argumentação teórica da disciplina, mas dessa vez sob a ótica de uma relação sociedade-espaço vista como estritamente social, um espaço historicamente construído “enquanto processo permanente de desnaturalização, humanização e socialização do espaço terrestre” (MORAES; COSTA, 1993, p.73).

A relação entre a sociedade e a natureza passa a ser vista como um “intercâmbio material, processo no qual o *trabalho humano* é a categoria central” (MORAES; COSTA, 1993, p.74). A humanidade apropria-se da natureza (externa) transformando-a e transformando a si mesma (natureza interna). Desse modo, a relação sociedade-natureza, na geografia crítica, é mediada pelo trabalho que é o elo de ligação entre a humanidade e a natureza. Para Marx, o fundamental não era examinar a relação, mas sim a separação entre a sociedade e a natureza “entendida como a desnaturalização do trabalho social e da sociedade em geral” (MORAES; COSTA, 1993, p.88).

Smith (1988), destaca que a natureza, no contexto do modo de produção capitalista, é apenas um mero acessório para o processo produtivo. O autor defende uma concepção de produção da natureza: a diferença entre primeira natureza (não-humana) e segunda natureza (humana) deixa de ter real significado porque a primeira natureza também é produzida. “Nenhuma parte da superfície terrestre, da atmosfera, dos oceanos, dos substratos geológicos ou dos superestratos biológicos estão imunes à transformação pelo capital” (SMITH, 1988, p.96).

Nesse sentido, poderíamos compreender, por exemplo, uma grande extensão de terras cultivada com a monocultura da cana-de-açúcar como uma produção da natureza? Ainda mais se levarmos em consideração a possibilidade dessas plantas serem

geneticamente modificadas, da grande carga de produtos químicos nelas aplicados, a contaminação do solo e do subsolo, da água, do ar, dos animais humanos e não humanos que são atingidos pelos químicos ou ingerem alimentos contaminados.

Milton Santos (2006) diferencia coisas (natureza) de objetos (produzidos com intencionalidade) e ressalta que cada vez mais as coisas se transformam em objetos na medida em que são empregadas pelos humanos com determinadas intenções sociais. Assim, o autor aponta a construção de outra natureza (artificial, tecnificada) associada ao período técnico-científico-informacional.

Suertegaray (2004) destaca duas concepções de natureza: a primeira como externa à humanidade e a segunda, inspirada em Morin (1990), que vê a construção humana como natureza. Nesta, a natureza seria um organismo de autorreprodução dos seres como destacado na seção anterior. No entanto, a autora destaca que, no momento histórico atual, não é possível pensar a natureza como primariamente natural ou como processos exclusivos de sua auto-organização. Ela ressalta alguns exemplos dessa natureza artificial, proposta por Milton Santos, como as sementes transgênicas, a transmutação de animais, o efeito estufa, a contaminação das águas, os depósitos tecnogênicos, dentre outros.

Na atualidade, a acelerada transformação humana da natureza e seus impactos são temas que ganham grande dimensão na mídia, nos movimentos sociais, nas instituições e na academia. As temáticas relacionadas ao “meio ambiente” ganharam destaque com o surgimento do movimento ambientalista, no Brasil, na década de 1970. Uma das disciplinas mais influenciadas por esse movimento foi a geografia, razão pela qual o termo “meio ambiente” tornou-se mais presente no vocabulário geográfico colocando a concepção de natureza em segundo plano. Muito se discute, na geografia, se a utilização de tal termo não seria decorrência de um certo modismo tendo em vista a repercussão que as questões ambientais levantam na atualidade (GERALDINO, 2010).

De acordo com Carlos (2002), a degradação da natureza intensificada com o avanço do capitalismo levou a necessidade de os geógrafos físicos irem além da dinâmica da natureza incluindo a dinâmica social em suas pesquisas. Da mesma forma que os geógrafos humanos tiveram que reconsiderar a análise da natureza. No entanto, a questão destacada pela autora é que essas pesquisas carecem de uma profunda análise sobre a natureza, esta é substituída pelo meio ambiente ou ambiente sem que haja um processo teórico de passagem entre tais termos.

Segundo Carlos (2002), o antigo debate sobre a relação sociedade e natureza reduz-se ao termo abstrato “meio ambiente”, de uma ação humana criadora parte-se para uma ação destruidora. Ela defende a ideia de produção do espaço como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, pois enfoca tanto os processos que constituem essa produção, como os sujeitos e as mediações.

Mendonça (2004) propõe a utilização do termo socioambiental em razão da dificuldade e da insuficiência em se falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza desconsiderando sua interação com a sociedade. Assim, o termo socioambiental enfatiza o envolvimento da sociedade enquanto elemento fundamental da problemática ambiental contemporânea.

Mas, será que precisamos criar novos conceitos ou trazê-los para a geografia com o intuito de enfatizar a importância da sociedade na transformação da natureza? Por que a natureza é sempre substituída por outras categorias e conceitos, tais como meio, meio ambiente, ambiente, socioambiental?

Para compreender como a natureza é tratada na pós-graduação em geografia, Springer (2010) analisou o conteúdo de 65 dissertações com temáticas relacionadas à natureza, produzidas no programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2000 a 2006. Esse número foi equivalente a quase 65% das dissertações produzidas pelo programa.

Ela percebeu que nesses trabalhos raramente realizou-se a discussão sobre os conceitos de natureza. Outros conceitos, categorias ou termos foram discutidos tais como território, lugar, abordagem sistêmica, impacto ambiental, fragilidade ambiental, dentre outros. Os trabalhos que traziam alguma discussão sobre natureza, geralmente, apresentavam definições soltas, desconexas ou descontextualizadas. A concepção de natureza, apresentada nessas pesquisas, foi de uma entidade externa ao ser humano que serve como recurso para o seu bem-estar e por isso deve ser protegida (às vezes de forma intocada) ou planejada.

Vale ressaltar a crítica feminista sobre a perspectiva que pressupõe a separação entre a sociedade e a natureza em que por traz desse modo de pensar existe uma forte questão de gênero. De acordo com Rose (1993), a natureza concebida como feminina e separada da cultura humana é uma forma de pensar que visa a manutenção da estrutura de poder masculina. Tanto a passividade da “mãe natureza” quanto a sua fúria e

incontrolabilidade são características associadas à mulher. Uma natureza que pode ser controlada, explorada, conquistada, violada, penetrada.

Um exemplo de associação entre a natureza e o feminino vem de Carl Sauer, considerado um dos fundadores da geografia norte-americana, que estudou as relações entre a cultura e o que ele denominou como “paisagem natural materna”. As mais importantes formas de sustentação dessa concepção se dão por meio da linguagem e do conhecimento, ambos desenvolvidos predominantemente por figuras masculinas, fazem uma distinção entre os homens e os outros. Os homens, separando-se da natureza, dos animais e das mulheres, garantiram o seu poder de propriedade sobre tudo. “Essa separação divide o que deveria estar unido, rompe o que deveria ser o todo, desmembra e corta, nomeando apenas o homem e relegando todo o restante ao condenado status de Outro” (ROSE, 1993, p.71, tradução nossa)³.

Por fim, enfatizamos a necessidade da geografia retomar o debate acerca da natureza, assim como salienta Springer (2010): como as geógrafas e os geógrafos trabalham com o meio ambiente sem saber ao certo qual natureza defendem? Será que realmente estamos contribuindo para encontrar a solução para os problemas ambientais sem refletir que natureza é essa? A seguir continuamos a discussão com uma reflexão sobre a relação entre natureza e trabalho levando em consideração o estranhamento/alienação da sociedade do capital.

TRABALHO ESTRANHADO, NATUREZA ALIENADA

Em nossa compreensão, a ideia de tratar a natureza modificada como segunda natureza não é algo que separa o social do natural, mas sim diferencia os elementos em seu estado bruto daqueles que foram transformados pela ação humana. Estes não deixam de ser parte da natureza, mas não há dúvidas de que há uma mudança qualitativa na forma como se apresentam. Por exemplo, uma cadeira continua sendo uma matéria da natureza seja de madeira, seja de metal, seja de qualquer outro material, mas é inegável que o ser humano provocou uma mudança radical em sua forma e função.

³ Citação em inglês: “This separation divides what should be united, rips apart what should be whole, dismembers and slashes, naming only man and relegating all else to the status of condemned Other”.

A sociedade, assim como todo o restante da natureza, está sempre se transformando. Como observa Morin (1977) em seu paradigma da complexidade, a ação humana transformadora não é algo que nos separa da natureza, pois tudo está em constante interação e mutação. Como aponta Porto Gonçalves (1989), o constante desenvolvimento humano e a criação de objetos cada vez mais complexos é uma característica própria da nossa natureza. Ou como explicar o surgimento do *homo sapiens sapiens* se não pela metamorfose da natureza?

O que há de específico no ser humano é a capacidade de previamente idear ou imaginar o objeto que pretende criar e a sua funcionalidade. Essa capacidade intelectual, denominada teleologia (LUKÁCS, 2010), é o que diferencia a ação transformadora e criadora dos seres humanos dos demais processos de mutação verificados na natureza que estão submetidos ao acaso. Quando o ser humano produz uma planta geneticamente modificada para suportar uma grande carga de produtos químicos há uma clara intencionalidade nessa criação.

Assim, entendemos o trabalho como o elemento fundante do ser social cujo processo inicia-se com a abstração ou o planejamento, seguido da materialização de objetos técnicos que são testados em suas funções sociais, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades humanas (LUKÁCS, 2010) o que possibilita um salto qualitativo de nossa própria consciência (CARVALHAL, 2004), ou como denomina Lukács (2010), um salto ontológico. Esse processo dá configuração ao trabalho concreto, criador de valor de uso e atividade vital para a reprodução humana.

No entanto, o trabalho sob o sistema capitalista de produção assume uma forma alienada e estranhada. Antunes (2012) explica o que Marx denominou enquanto trabalho estranhado e trabalho alienado: o primeiro refere-se ao fato de que o produto do trabalho não pertence ao seu criador e o segundo evidencia que a pessoa que trabalha não se reconhece no produto de seu próprio trabalho e dele não se apropria. O valor de uso cede lugar ao valor de troca e o produto criado apresenta-se como fetiche por meio da criação de novas “necessidades” e um consumismo cada vez mais fugaz.

Antunes (2012), ressalta que a alienação/estranhamento no trabalho leva o ser social a não se reconhecer enquanto individualidade, nem como parte constitutiva do gênero humano.

Estranhado frente ao produto de seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem. Torna-se estranho em relação ao gênero humano. “O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez”. Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano – isto é, o homem vivendo *para-si-mesmo conscientemente como gênero* -, mas o seu contrário (ANTUNES, 2000, p.128).

Nesse sentido, se o trabalho é a intermediação entre a primeira e a segunda natureza (concebidas como uma totalidade) e esse trabalho é cada vez mais estranhado e alienado, isso de alguma forma interfere no modo como entendemos a natureza. Se o trabalho deixa de ser concreto, um intercâmbio orgânico com a natureza, criador de coisas socialmente úteis, de valor de uso, e se torna trabalho abstrato, produtor de valor de troca e mais-valia, qual o significado disso com relação a nossa percepção da natureza? Como observa Antunes (2000), no sistema capitalista tudo é reificado, ou seja, torna-se coisa, mercadoria e com a natureza não é diferente.

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, onde os homens são atomizados, “não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque ‘reifica’(coisifica) o homem e suas relações e o reduz ao estado de um animal natural” (ANTUNES, 2000, p.128).

Enfatizamos que não somente o ser humano torna-se coisa exercendo o trabalho estranhado, mas a própria natureza é reificada, percebida como externa e inferior aos seres humanos. A própria citação acima evidencia que o animal não humano está em um estado reduzido com relação aos seres humanos. Essa visão de natureza exteriorizada e diminuta é o que vai justificar a exploração sem limites das florestas, das águas, dos minérios, dos solos, dos animais e de tudo mais que é considerado recurso natural, mercadoria.

A ideia de natureza como coisa separada de nós, humanos entendidos como seres superiores aos demais, produz a ideia que podemos dominar e explorar tudo a nossa volta em nome do desenvolvimento, do progresso e da acumulação capitalista.

Se compreendemos a natureza como uma totalidade da qual somos parte e o trabalho como possibilidade de ampliação da consciência humana, é necessário questionar as bases do sistema social que distorcem as concepções de natureza e de trabalho sob uma

visão utilitarista que transforma tudo em mercadoria e nos aliena tanto do trabalho concreto como da própria natureza.

A precarização que atinge as trabalhadoras e os trabalhadores não é restrita ao mundo do trabalho. Neste, a precarização resulta em formas de contratação precárias e atípicas, flexibilização da jornada de trabalho, baixa remuneração, flexibilização das normas de saúde e segurança do trabalho, fragilização sindical, limitação ao acesso à Justiça do Trabalho e limitação do poder da Justiça do Trabalho, características presentes nas mudanças da legislação trabalhista brasileira (GALVÃO et al., 2017).

Segundo Silva (2012), o termo precarização surge do latim *precarius* que significa instabilidade, fragilidade, insuficiência. A autora enfatiza que a precarização vai além do mundo do trabalho tomando forma de uma precarização social que atinge a sociedade contemporânea em diferentes dimensões, tais como a ética, o meio ambiente, o trabalho e a saúde humana.

Existe uma **crise social**, na qual a disseminação do medo e da insegurança aumentou a desconfiança e fragilizou todos os tipos de laços da sociabilidade – fora e dentro dos ambientes de trabalho. Essa crise social tem uma de suas marcas na instabilidade que atravessa o mercado de trabalho e nas inserções laborais precárias. Outra marca é, em muitos países, o retrocesso das instituições e legislações destinadas à proteção social – previdência, assistência social e saúde – com especial estreitamento da *proteção efetiva* à saúde dos trabalhadores (SILVA, 2012, p.88).

Atualmente, essa crise social pode ser evidenciada, no Brasil, por meio do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas com cortes nos investimentos em saúde e em educação, o retrocesso da reforma trabalhista e da reforma da previdência. Vale ressaltar a precarização da estrutura brasileira de proteção ao meio ambiente, por exemplo, com a transferência do Serviço Florestal Brasileiro e seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência Nacional de Águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento, além de severos cortes de recursos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁴.

⁴ Instituto Socioambiental. *A anatomia do desmonte das políticas socioambientais*. Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-anatomia-do-desmonte-das-politicas-socioambientais>>. Acesso em 11 jun. 2019.

A precariedade, de acordo com Alves (2007), é uma condição social e estrutural da força de trabalho como mercadoria sob o sistema capitalista de produção. Se por um lado a precariedade é uma condição, por outro a precarização é um processo de perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora e, por isso, evidencia a luta de classes e a disputa entre capital e trabalho.

Há anos a bancada ruralista e outros setores de interesse têm trabalhado de forma árdua para garantir a precarização do trabalho e da estrutura de proteção da natureza. Além das modificações no Código Florestal, suas investidas também se evidenciam nos ataques contra as terras indígenas e de populações tradicionais, contra a reforma agrária e os movimentos de luta pela terra, e, por outro lado, a favor do trabalho escravo, dos megaprojetos de mineração e hidrelétricas, do aumento do uso intensivo de veneno no campo (MITIDIERO JUNIOR, 2016), dentre outros posicionamentos que revelam o caráter de precarização e, conseqüentemente, de degradação da natureza como um todo.

Thomaz Júnior (2017) evidencia uma degradação sistêmica do trabalho e do meio ambiente, sobretudo no que se refere ao agronegócio brasileiro, tendo em vista o modelo monocultor/latifundista/agroexportador fundado na produção massiva com uso de agroquímicos.

Nesse artigo, discutimos as múltiplas concepções de natureza desde a filosofia até a ciência geográfica visando compreender como seu significado foi sendo alterado no decorrer da história, sobretudo, com o avanço do sistema capitalista de produção. Entendendo o trabalho como a mediação orgânica entre a sociedade e a natureza, mas que sob o capital ganha uma dimensão estranhada/alienada, buscamos compreender como isso pode estar relacionado com a forma como percebemos a natureza – também alienada, não nos percebendo enquanto seres constitutivos da mesma.

Defendemos a ideia de precarização social que atinge de forma ampla a realidade contemporânea com a flexibilização/destruição de direitos sociais e ambientais. Evidenciamos a existência da primeira e da segunda natureza (social), porém entendidas como partes de um todo e não como opostos.

Portanto, destacamos a necessidade de superar o estranhamento/alienação do trabalho e da natureza construindo uma forma de vê-la em sua totalidade, em que nós, humanos, somos parte intrínseca dela. Do mesmo modo que a transformamos também somos transformados a partir do intercâmbio orgânico constituído pelo trabalho. O

trabalho que é o elemento fundante do ser social deve ser emancipador, possibilitando o desenvolvimento humano e a construção de um mundo em se compreenda que somos todos parte do mesmo sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa capacidade de produzir cultura nos difere das demais espécies de animais, mas não nos separa da natureza. Continuamos animais, porém humanos. Transformamos tudo a nossa volta de uma forma muito rápida, impactamos fortemente o espaço em que vivemos, produzimos nosso espaço. Fazemos parte do conjunto da natureza e com nossa especificidade nos relacionamos com ela, com a intermediação do trabalho.

Muito se discute sobre a dualidade presente nos discursos sobre a sociedade e a natureza, critica-se a visão que separa o social do natural. Mas, na prática, não conseguimos efetivar nas pesquisas uma concepção de natureza unificada, uma totalidade que inclua o social. Isso porque não se pode negar a especificidade da nossa espécie, a única produtora de cultura. Acreditamos que o caminho para uma concepção de natureza como totalidade esteja no reconhecimento de que somos diferentes, mas não o suficiente para estarmos acima ou fora da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.^[1]_[2]_[3]_[4]_[5]_[6]_[7]_[8]_[9]_[10]_[11]_[12]_[13]_[14]_[15]_[16]_[17]_[18]_[19]_[20]_[21]_[22]_[23]_[24]_[25]_[26]_[27]_[28]_[29]_[30]_[31]_[32]_[33]_[34]_[35]_[36]_[37]_[38]_[39]_[40]_[41]_[42]_[43]_[44]_[45]_[46]_[47]_[48]_[49]_[50]_[51]_[52]_[53]_[54]_[55]_[56]_[57]_[58]_[59]_[60]_[61]_[62]_[63]_[64]_[65]_[66]_[67]_[68]_[69]_[70]_[71]_[72]_[73]_[74]_[75]_[76]_[77]_[78]_[79]_[80]_[81]_[82]_[83]_[84]_[85]_[86]_[87]_[88]_[89]_[90]_[91]_[92]_[93]_[94]_[95]_[96]_[97]_[98]_[99]_[100]
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ANTUNES, R. As formas da alienação e do estranhamento no capitalismo contemporâneo. In. ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A.L.; MOTA, D.P. **Trabalho e estranhamento:** saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2012.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada.** Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1>>. Acesso em 15 jan. 2018.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 2006.

- CARLOS, A.F.A. Da “geografia abstrata” à “geografia concreta”. In: Org. MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C.L.; SILVA, M. da. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- CARVALHAL, M.D. A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos. **Tese** (Doutorado em geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.
- CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GALVÃO, A. *et al.* **Dossiê reforma trabalhista**. Campinas, CESIT/IE/UNICAMP. Disponível em: < <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf> >. Acesso em 11 jun. 2019.
- GERALDINO, C.F.G. **O conceito de meio na geografia**. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade de São Paulo, 2010.
- GUIMARÃES, R.B. **Saúde: fundamentos de geografia humana**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDONÇA, F. geografia sócio-ambiental. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia da geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2004.
- MITIDIERO JÚNIOR, M.A et al. Ataques aos direitos dos povos do campo: as ações do legislativo e executivo federal. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2016.
- MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MORIN, E. **O método: a natureza da natureza**. 2ª ed. Portugal: Europa-América, 1977.
- MOURA, L.H.G de. Código Florestal: elementos sobre a expressão ambiental da luta de classes no Brasil. **CAMPO – TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA – 2012, p.1-25, jun., 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

- ROSE, G. **Feminism and Geography**: the limits of geographical knowledge. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, E. S. A precarização contemporânea: a saúde mental no trabalho precarizado. In: ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A.L.; MOTA, D.P. **Trabalho e estranhamento**: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2012.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SPOSITO, E. S. **geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- SPRINGER, K.S. A concepção de natureza na geografia. **Mercator**, vol. 9, nº 18, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, jan.-abr. 2010.
- SPRINGER, K.S.; VITTE, A.C. Influências do fröromantik na concepção de natureza em Alexander von Humboldt: questões para a atualidade da geografia física. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, vol.1, nº1, jan./jun., 2014.
- SUERTEGARAY, D. Geografia Física, Geografia Ambiental ou Geografia e Ambiente? In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2004.
- THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, v.16, e16020, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2017.
- VARGAS, G.M. Naturaleza y medio ambiente: una visión geográfica. **Revista Geográfica Venezolana**, vol. 46, nº 02, jul.-dez., 2005.
- VITTE, A.C.; SPRINGER, K.S. A ciência humboldtiana: relações entre a sensibilidade e a mensuração na gênese da geografia física. **Revista do Departamento de geografia – USP**, vol.21, 2011.

Submetido em: junho de 2019

Aceito em: Agosto de 2019